

RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.308 - AL (2019/0202207-2)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : VERONICA DE LIMA GUEDES
ADVOGADO : HUGO RAFAEL MACIAS GAZZANELO - AL010729
RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS UFAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE. IMPOSIÇÃO DE LIMITE DE 60 (SESSENTA) HORAS DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF NO AGRG NO RMS N. 34.257/DF. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 199-200):

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ARTIGO 37, XVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. JORNADA SEMANAL SUPERIOR A 60 (SESSENTA HORAS). IMPOSSIBILIDADE.

I. Apelação de sentença que concedeu a segurança, para declarar a nulidade da notificação expedida no bojo do processo administrativo nº 23065.011074/2010-01, por meio da qual fora determinado à parte demandante a apresentação de opção por um dos cargos acumulados ou pela redução de jornada com remuneração proporcional, de modo a garantir à impetrante o direito de continuar cumulando seus dois cargos públicos enquanto não comprovada pela administração a incompatibilidade de horários.

II. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS alega que a acumulação pretendida pela apelada, com o cumprimento de 64 horas semanais, viola os princípios da razoabilidade e da eficiência do serviço público, comprometendo, de forma incontestada, a qualidade do serviço prestado. Aduz que a Advocacia-Geral da União - AGU firmou entendimento no Parecer nº GQ - 145, publicado no Diário Oficial de 1º de abril de 1998, pela ilegalidade do acúmulo de dois cargos ou empregos públicos que perfaçam a carga horária superior a sessenta horas semanais.

III. Conforme entendimento desta Segunda Turma Julgadora a limitação da carga horária semanal se encontra em perfeita consonância com o princípio da razoabilidade, não se podendo considerar que são harmônicas jornadas de trabalho, levando-se em conta, apenas, a ausência de choque entre elas. Ressalvado entendimento do relator.

IV. Tem-se por razoável a limitação da carga horária semanal pela Administração, ao argumento de que o ser humano necessita de um intervalo de descanso suficiente para repouso, alimentação e locomoção, sob pena de causar danos ao próprio trabalhador e ao serviço por ele

Superior Tribunal de Justiça

desempenhado. Precedentes: PJE: 08002092020134058401, APELREEX/RN, Relator: Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Segunda Turma, Julgamento: 27/01/2015.; MS 22.002/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 09/12/2015, DJe 17/12/2015.

V. No caso dos autos, a autora, ao exercer os dois cargos excedeu o limite de 60h semanais, somando, na verdade, 64 (sessenta e quatro horas semanais), o que não parece apropriado ao adequado exercício de atividade laboral.

VI. Não se verifica qualquer atuação indevida da Administração ao determinar a regularização quanto à carga total exercida pelo servidor impetrante uma vez que tal procedimento visa ao bem comum e à priorização da efetividade do serviço público.

VII. Apelação provida.

Embargos de declaração rejeitados.

No apelo especial, a parte recorrente alega violação do artigo 118, § 2º, da Lei 8.112/1990, sob o argumento de que o requisito para a acumulação de cargos por parte dos profissionais da saúde está condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, inexistindo qualquer limite de carga horária no texto constitucional. Requer, assim, a reforma do acórdão "para que a r. Sentença prolatada pelo juízo *a quo* seja mantida em todos os seus termos, bem como pelo fato de que houve comprovação que a acumulação dos cargos não traz prejuízo para administração pública, visto que há a compatibilidade de horários e inexistente prejuízo algum às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados, pois o serviço é prestado com qualidade e presteza" (fl. 304).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 326-327.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 341-344.

É o relatório. Passo a decidir.

Assiste razão à recorrente.

Com efeito, a conclusão alcançada pelo Tribunal de origem, no sentido de que haveria incompatibilidade na acumulação pretendida, porquanto a soma das jornadas semanais de trabalho ultrapassaria 60 (sessenta) horas de serviço vai de encontro ao entendimento firmado recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, quando da apreciação do Agravo Regimental no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n. 34.257/DF, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski.

Na ocasião, a Segunda Turma do STF manteve a decisão monocrática do relator, dando provimento ao recurso ordinário interposto pelo servidor público, para reformar acórdão proferido pela Primeira Seção desta Corte no julgamento do MS 22.002/DF, e conceder a segurança para declarar lícita a cumulação de cargos públicos da área da saúde, quando presente a compatibilidade de horários, não havendo que se falar em limite de 60 (sessenta) horas de jornada semanal de trabalho, previsto no Parecer GQ 145/1998/AGU.

Nesse sentido, a ementa do julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PARECER GQ 145/1998/AGU. LIMITE MÁXIMO DE 60 HORAS SEMANAIS EM CASOS DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS OU EMPREGOS PÚBLICOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. COMPATIBILIDADE DAS JORNADAS DE TRABALHO DA IMPETRANTE. COMPROVAÇÃO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, COM APLICAÇÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

MULTA.

I – A existência de norma infraconstitucional que estipula limitação de jornada semanal não constitui óbice ao reconhecimento do direito à acumulação prevista no art. 37, XVI, c, da Constituição, desde que haja compatibilidade de horários para o exercício dos cargos a serem acumulados. Precedentes.

II - Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC (RMS 34257 AgR, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 3/8/2018).

Dessa feita, imperioso o restabelecimento da sentença de primeiro grau, afastando-se a limitação da jornada de trabalho a 60 (sessenta) horas semanais, devendo, por outro lado, a Administração pública aferir, no caso concreto, a existência ou não da compatibilidade de horários.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial**, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator